

## Exibir resultados

Entrevistado

5

Anônima

17:45

Tempo para  
concluir

## 1. Declaração LGPD

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, os respondentes devem permitir, de forma explícita, consciente e espontânea, que as instituições utilizem os dados informados para fins específicos. Dessa forma, cabe informar antes as condições deste Formulário e do uso das informações:

- Todas informações (inclusive a identificação) são públicas; não haverá informações protegidas ou sigilosas, visto o princípio da transparência presente no instituto da Consulta Pública e não haver captação de dados que possam ser considerados sensíveis.

- As contribuições, análises e resultados serão integralmente disponibilizadas no âmbito do processo, também de acesso público, e a guarda dos dados se dará nos sistemas internos da ANP, especificamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

- O dono de informações pessoais pode retirar o seu consentimento a qualquer tempo, momento no qual seus dados pessoais serão restringidos e passam a não ser utilizados.

- Os respondentes são os responsáveis por suas respectivas manifestações. Identificação ou informações falsas podem se caracterizar como crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

### Declaração \*

☒ Estou de acordo e declaro que estou ciente.

## 2. Identificação do(a) responsável pelas contribuições \*

Jorge Luiz Cruz Monteiro

**3. Informe seu perfil: \***

- ☒ Agente Econômico
- ☐ Órgão de Classe ou Associação
- ☐ Órgão de Defesa do Consumidor
- ☐ Instituição Governamental
- ☐ Organização Não Governamental (ONG)
- ☐ Consumidor ou Usuário de Serviços
- ☐ Outra

**4. Representa alguma empresa, organização, associação, etc? \***

- ☒ Sim
- ☐ Não

**5. Informe o nome da sua organização \***

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**6. Informe seu cargo na organização: \***

Presidente

**7. Informe seu e-mail de contato: \***

jorge.monteiro@refit.com.br

# ESTUDO DO PROBLEMA REGULATÓRIO IDENTIFICADO

Seção 4 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

## 8. Pergunta 4.1 - O problema regulatório e as causas raízes foram corretamente identificados?

Sim. Todas as causas raízes que constam no documento ocasionaram ônus e restrição injustificada imposta à atividade de armazenagem pelos produtores.

## 9. Pergunta 4.2 - Existem causas raízes que não foram identificadas?

Sim. Além das causas raízes já corretamente identificadas, destacamos: Ausência de análise concorrencial entre o serviço de armazenagem de Terminais e Produtoras anteriormente à vedação presente no art. 26 da Resolução ANP nº 852/2021. Diferentemente do que foi levantado à época, a privatização das refinarias não altera a configuração do mercado de armazenagem, pois estas ainda precisarão contar com Terminais para sua operação, assim como a própria Petrobras necessita da TRANSPETRO. As produtoras não têm a mesma capacidade de armazenamento que os Terminais, não sendo possível substituir concorrencialmente um pelo outro no mercado, sendo claramente complementares. Tanto que, conforme mencionado na Nota Técnica, durante a vigência da Resolução ANP nº 16/2010, a ANP nunca recebeu manifestação sobre desequilíbrio concorrencial devido à cessão de espaço em instalações produtoras.

## 10. Pergunta 4.3 - Além da dedução realizada pela SPC de que o problema regulatório referiu-se à potencial concorrência entre refinadores e terminais aquaviários em bases desiguais, há outra interpretação possível ao problema regulatório identificado desse histórico?

Não há outra interpretação possível. Isso porque, os agentes que sugeriram a restrição durante a Consulta Pública nº16/2020, e a própria SIM, afirmam: “frustrará investimentos portuários”; “refinarias que contam com grande parque de tancagem e estão localizadas na costa, conectadas diretamente por dutos a berços de atracação de navios, há preocupação legítima de que seus autorizatários venham a prestar serviço armazenamento para terceiros”; “vedar a prestação de serviço de armazenamento pelos produtores de combustíveis, especialmente quando a movimentação do produto envolver o transporte aquaviário ou dutos de transporte”. Assim, restando claro que se trata de uma preocupação referente ao acesso a infraestruturas portuárias e capacidade de movimentação de produtos – o que não pode se aplicar ao armazenamento de combustíveis, atividade secundária e natural para operação das produtoras.

**11. Pergunta 4.4 - Existem outros elementos relevantes que foram desconsiderados na análise histórica do processo de revisão que resultou na atual redação do art. 26 da Resolução ANP nº 852/2021?**

Sim. Além dos elementos já apresentados por essa d. Superintendência, essencial destacar que a restrição criada desconsiderou as pequenas refinarias, as quais sempre estiveram em desvantagem frente à Petrobras, que não contam com grande parque de tancagem, não estão localizados próximos ao mar e sem dutos de transporte. A questão se voltou somente às refinarias privatizadas localizadas na costa que contam com a antiga infraestrutura da Petrobras, que supostamente conseguiriam alterar a configuração do mercado local caso prestassem o serviço de armazenagem, e em nenhum momento, foi verificado como a restrição imposta poderia afetar os pequenos produtores de derivados de petróleo.

**12. Pergunta 4.5 - Todas as atividades de armazenagem e movimentação devem ser consideradas como um único mercado pela ANP?**

Não. Os serviços de armazenagem e movimentação podem ser desempenhadas por um único agente, não significando que tais atividades constituam mercado único e muito menos que partilhem das mesmas características econômicas no que tange à infraestrutura. Exemplificativamente, nos termos do artigo 2º da Resolução ANP nº 881/2022, inciso XVII, o serviço de armazenagem indissociável do de movimentação é apenas aquele que se mostra indispensável durante as operações de carregamento, descarregamento ou transbordo. Tal entendimento, inclusive, foi dado pelo CADE, conforme demonstrado na seção 4.4.2 da Nota Técnica nº6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ. Desta forma, são atividades distintas, que podem ser desempenhadas de forma dissociada, ainda que pelo mesmo agente e, por conseguinte, constituem mercados diferentes. Um ponto que merece especial atenção no questionamento formulado nesse item 4., pois reforça o argumento de que o serviço de armazenagem e de movimentação não constituem um único mercado e tampouco deve perdurar a barreira regulatória imposta pelo artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2021, é o fato de que a ANP segue garantindo a plena possibilidade de cessão de espaço ou prestação de serviço de armazenagem a outros segmentos do mid e do downstream que não apenas terminais, podendo ser identificado com a leitura do artigo 31 da Resolução ANP nº 58/2014 e do artigo 21 da Resolução ANP nº 734/2018. Além disso, lembre-se que a Lei não estendeu a garantia de acesso à totalidade dos terminais e, sim, apenas aos marítimos, conceito posteriormente ampliado pela ANP a fim de abarcar todos os terminais aquaviários, mas não os terrestres. O acesso de terceiro interessado em Terminais Aquaviários visa proteger a igual oportunidade de acesso às infraestruturas essenciais para a movimentação dos combustíveis, como píer, dutos de transporte etc. O direito de acesso não-discriminatório não se aplica ao serviço de armazenagem, que não é caracterizado por lei como instalação essencial. O artigo 58 da Lei nº 9.478/97, que protege o direito de acesso, está localizado no capítulo sobre transporte de petróleo, ficando claro que a limitação só se aplica à atividade de movimentação. No decorrer da referida lei, identificamos que há segregação dessas atividades, como no artigo 8º, XVI e XVII. Logo, a impossibilidade de flexibilização nos termos da vedação imposta às refinarias por meio do artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2021 deve ser mais bem demonstrada pela ANP a fim de evitar-se a criação de reserva de mercado por meio de barreira regulatória imposta pelo ente regulador aos refinadores em favor do segmento de terminais aquaviários e terrestres, bem como a imposição de restrição à livre iniciativa e liberdade de mercado desnecessárias ao bem da sociedade.

**13. Pergunta 4.6 - A limitação da oferta do serviço de armazenagem por produtores de derivados de petróleo limita a concorrência no mercado de armazenagem?**

Sim, a vedação impõe restrição à concorrência na medida em que retira de forma significativa a possibilidade de uso alternativo das tancagens disponíveis nas refinarias para armazenagem de produtos de terceiros, ainda que ociosas, sem apresentação de qualquer fato anticoncorrencial concreto nesse sentido durante o tempo de vigência da norma anterior, no caso a Resolução ANP nº 16/2010. Não só isso, como a vedação regulatória também cria reserva de mercado para terminais aquaviários e terrestres - prática proibida, conforme artigo 4º, I da Lei nº 13.874/2019 -, ressaltando-se que estes últimos sequer têm a obrigação de acesso garantida por lei. Explica-se: A prestação por parte das refinarias do serviço de armazenagem para terceiros por meio da celebração de contratos de cessão de espaço, independente da instalação de origem do produto, era permitida no âmbito da Resolução ANP nº 16/2010. Tal opção ao mesmo tempo que permitia ao produtor otimizar o uso de suas instalações, também constituía opção para complementação de tancagem para outros agentes de mercado, de forma a gerar maior eficiência no uso da infraestrutura interna de armazenagem na cadeia de abastecimento. Do ponto de vista concorrencial, a restrição imposta pelo artigo 26 da Resolução ANP nº 852/21 tem como resultado a exclusão da tancagem existente no segmento de produção de derivados como opção ao mercado para fins de armazenamento, a não ser nos casos em que o produto a ser armazenado tenha sido produzido na própria instalação. Nesse contexto, ao reduzir em termos absolutos a capacidade de armazenagem potencial a ser disponibilizada no mercado e excluir um segmento, no caso o dos produtores de derivados da possibilidade de uso alternativo de sua tancagem por meio da celebração de contratos de cessão de espaço ou prestação de serviço de armazenagem, nos parece medida totalmente deletéria à concorrência e ensejadora de reserva de mercado a terminais por meio da exclusão da possibilidade de utilização pelo mercado da capacidade de armazenagem eventualmente disponível em refinarias. Atualmente, não dispomos de tantos terminais, com exceção da TRANSPETRO, para que refinarias e distribuidoras, que não sejam PETROBRAS e filiadas, armazenem combustível - no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, há 10 terminais, sendo 6 da TRANSPETRO. Tal conclusão torna-se ainda mais gravosa, na medida em que a própria ANP reconheceu por meio do Ofício nº2/2021/SPC/ANP-RJ e do Ofício nº5/2021/SPC/ANP-RJ de que haviam cessões de espaço vigentes outorgadas pela ANP, entre refinador e distribuidor de combustíveis líquidos, e que nunca houve nenhuma manifestação do mercado quanto a desequilíbrio concorrencial e de que o questionamento concorrencial então levantado estava fundamentado no desinvestimento da PETROBRAS e na possibilidade de atuação diferenciada por parte dos novos refinadores. Há ainda que se considerado o fato de que as manifestações apresentadas em âmbito de Consulta e Audiência Públicas de revisão da Resolução ANP nº 852/2021 também não apresentaram elementos concretos contrários a essa afirmação. Nas manifestações constantes do processo de revisão da Resolução ANP nº 16/2010, a preocupação dos 3 únicos agentes favoráveis à vedação da possibilidade de cessão de espaço por parte das refinarias tiveram como ponto central a possibilidade de que com a então iminente redução da presença da PETROBRAS no refino, haveria aumento potencial de capacidade de armazenagem no mercado interno a depender da estratégia dos novos entrantes no que tange à utilização da infraestrutura de armazenagem existente nesses ativos de refino. Contudo, tal argumento deveria ser melhor explorado e debatido por parte da ANP com o mercado e com a sociedade de forma geral, vez que o "risco" apontado por tais manifestações seria ocasionado por um eventual aumento da disponibilidade de infraestrutura de armazenagem no mercado, o que deveria ser um fator positivo para o mercado e a sociedade.

**14. Pergunta 4.7 - Qual a motivação técnica, econômica ou concorrencial para limitar a oferta dos serviços de armazenagem por parte dos produtores de derivados de petróleo?**

Não há nenhuma motivação para limitar o serviço de armazenagem pelas produtoras de derivados de petróleo. Em realidade, é possível identificar motivações para a manutenção da prestação do serviço: (i) técnica: o armazenamento não pode ser confundido com movimentação, portanto não é considerado como serviço essencial, por isso não tem previsão legal de garantia de acesso de terceiro; (ii) econômica: as produtoras de pequeno porte terão sua atividade prejudicada, seja pela impossibilidade de prestação de serviço ou o alto custo para construir um terminal anexo; e, (iii) concorrencial: a restrição cria reserva de mercado, em desfavor das produtoras e, indiretamente, o consumidor final. Portanto, é fundamental que esses pontos sejam claramente expostos e amplamente debatidos com o mercado e sociedade em geral, por meio do devido processo regulatório com base em Análise de Impacto Regulatório, Consulta e Audiência Pública.

**15. Pergunta 4.8 - A atual limitação da oferta de serviço de armazenagem dos produtores de derivados de petróleo instituiu reserva de mercado ao excluir esses agentes da oferta desse serviço?**

Sim. A restrição imposta às produtoras cria uma reserva de mercado, o que, consequentemente, beneficia somente o sistema PETROBRAS, que conta com diversos terminais/dutos da TRANSPETRO, e as suas distribuidoras clientes. As pequenas refinarias, como a REFIT, e distribuidoras que não comercializam combustível da PETROBRAS, dificilmente conseguiriam contratar os serviços de armazenagem da TRANSPETRO, ficando sujeita a escassez de outros terminais logisticamente possíveis para comercialização. Assim, limitar o armazenamento pelas produtoras de derivados de petróleo institui reserva de mercado não só no mercado de refino, mas também no de distribuição de combustíveis. O artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2021 veda a possibilidade de que os refinadores possam armazenar em suas instalações produtos de terceiros, a menos que os mesmos tenham sido produzidos na própria instalação. Tal restrição foi imposta sem que ao longo da vigência da norma anterior, no caso a Resolução ANP nº 16/2010, que permitia tal prática por meio de contratos de cessão de espaço previamente homologados pela ANP, fosse apresentada qualquer manifestação quanto a desequilíbrio concorrencial decorrente dessa possibilidade, conforme atestado no Ofício nº2/2021/SPC/ANP-RJ. Em termos práticos, tal restrição criou um cenário em que, por meio de barreira regulatória, praticamente exclui-se, em favor de terminais, a capacidade de armazenagem eventualmente disponível em refinarias de uso por terceiros, sendo a única exceção os casos em que o derivado tenha sido produzido na mesma instalação. Portanto, o que se vê é uma medida da ANP tomada com base em argumentos hipotéticos e preventivos, não amparada em fatos e sem a apresentação de opções regulatórias intermediárias que pudessem ter sido adotadas em lugar da restrição ampla que acabou por criar barreira regulatória aos refinadores por meio do artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2021. Como destacado, a regra do artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2021 cria reserva de mercado ao instituir barreira regulatória a que os produtores possam prestar serviço de armazenagem a terceiros, seja por meio de contratos de cessão de espaço nos termos da Resolução ANP nº 16/2010, seja pela simples prestação de serviço, conforme minuta submetida à Consulta Pública à época da revisão da Resolução ANP nº 16/2010. A única exceção seriam os casos em que o produto for produzido na mesma instalação. Assim, entendemos que ao impor tal barreira regulatória aos refinadores a ANP criou de forma indevida reserva de mercado em favor de terminais em clara contradição ao disposto no artigo 4º da Lei 13.874/2019.



**16. Pergunta 4.9 - No caso de um produtor de derivados de petróleo sem acesso às instalações que a legislação nacional garante o direito de terceiros a acessarem, qual é a justificativa técnica, econômica ou concorrencial para limitar a oferta do serviço de armazenagem?**

Não há motivação ou justificativa. A negativa apenas reforça a importância de realização por parte da ANP de AIR e submissão à nova consulta e audiência públicas sempre que proposta de normativa da ANP tiver por resultado a imposição de restrição que aumente custos ou reduza a liberdade de mercado e a livre iniciativa dos agentes regulados. No caso em tela, entendemos que a atual restrição imposta pelo artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2021 representa barreira regulatória à livre iniciativa dos refinadores no que tange ao pleno uso de sua infraestrutura de armazenagem sem a devida justificativa técnica, concorrencial ou econômica e com o agravante de suscitar a criação de reserva de mercado aos terminais, sejam aquaviários ou terrestres, no que tange à prestação de serviço de armazenagem a terceiros. A legislação é clara no sentido de que somente a atividade de movimentação deve ter garantido o acesso de terceiro. O armazenamento pode ser considerado como uma atividade secundária da produtora, a qual é necessária para a operação da instalação. Além de garantir o exercício pleno das atividades da produtora, a manutenção do serviço de armazenamento por esse agente promove a livre concorrência e o abastecimento nacional. Ademais, o serviço de prestação de armazenamento é imprescindível para que a REFIT, por exemplo, sobreviva frente o sistema PETROBRAS, já que depende exclusivamente do modal rodoviário. Relevante apontar, que as intervenções da ANP no mercado busquem se realizar com o amparo de AIR na qual sejam claramente demonstradas as opções regulatórias consideradas pela Agência, a metodologia adotada e o objetivo regulatório almejado a fim de que os agentes regulados afetados possam contribuir para o debate e a busca da solução regulatória mais eficiente e menos onerosa para a sociedade.

**17. Pergunta 4.10 - Como as normativas que garantem o direito de terceiros acessarem às instalações de transporte de combustíveis regulados pela ANP amparam a restrição à atividade de armazenagem por parte dos produtores, tal como alegado pelo parágrafo 4.19 do Parecer nº 7/SIM-CAL?**

As normativas que garantem o direito de terceiros acessarem às instalações de transporte de combustíveis regulados pela ANP NÃO amparam a restrição à atividade de armazenagem por parte dos produtores. Isso porque, o direito de terceiros acessarem às instalações se refere à atividade de movimentação, não de armazenamento. A previsão do artigo 58 da Lei nº 9.478/97 e da RANP nº 881/2022 foram criadas para garantir a livre movimentação, considerando o difícil acesso a infraestruturas essenciais como portos e dutos portuários. Conforme descrito no artigo 2º, inciso XVII da referida resolução, a movimentação de produtos se caracteriza por operações de carregamento, descarregamento ou transbordo, por modo aquaviário, dutoviário, rodoviário ou ferroviário e, se preciso, a armazenagem desses produtos somente pelo tempo necessário para tais operações. Restando claro que a armazenagem dos produtos por longo prazo não está inserida na atividade de movimentação, tratando-se de mercado diferente, um serviço que pode se complementar à outras atividades do mercado, como movimentação, produção etc. Assim, não há previsão legal que justifique a restrição do serviço de armazenagem das produtoras de combustíveis.

**18. Pergunta 4.11 - A "função primordial", tal como delimitado no Parecer nº 7/SIM-CAL, dos produtores de derivados de petróleo e dos terminais terrestres é um item habitual em análises concorrenciais? Há amparo teórico para a análise de diferentes "funções primordiais" na promoção da concorrência no mercado de armazenagem de produtos regulados pela ANP?**

A "função primordial" não é item habitual para análises concorrenciais, muito menos há amparo teórico para a análise de diferentes "funções primordiais" na promoção da concorrência no mercado de armazenagem de produtos. A simples alteração do tipo de autorização do agente, de produtora para terminal, não possui potencial para aumentar a concorrência, uma vez que o acesso não-discriminatório de terceiro não significa livre acesso, assim, o agente pode impor restrições para impedir o acesso aos tanques, inclusive por falta de espaço disponível, não provocando nenhuma alteração no mercado. Além disso, se tratando de terminal terrestre, não há previsão legal que obrigue a garantia do acesso de terceiro. Dessa forma, apesar da função secundária (armazenamento) da produtora de combustíveis se transformar em "primordial" caso esse agente se torne terminal, não é possível vislumbrar "ampliação da competição", como alegado pela SIM.

**19. Pergunta 4.12 - À luz das diretrizes emanadas pela LEI 13.874/2020, particularmente seus artigos 2º e 4º, a atual restrição à atividade de armazenagem em produtores de derivados de petróleo visando limitar a atuação desse agente a sua "função primordial", tal como delimitado no Parecer nº 7/SIM-CAL, é justificada do ponto de vista concorrencial?**

Não. Em realidade, pelo ponto de vista concorrencial, resta claro que a prestação de serviço de armazenamento pelas produtoras deve ser mantida. Conforme declarado pela própria SDC, durante a vigência da Resolução ANP nº 16/2010, a ANP nunca recebeu manifestação sobre desequilíbrio concorrencial devido à cessão de espaço em instalações produtoras. Destaca-se que a limitação de qualquer agente à sua função primordial prejudica o mercado de combustíveis e o abastecimento nacional. Por exemplo, caso as distribuidoras não pudessem celebrar contratos de cessão de espaço, a comercialização desses produtos com os postos revendedores ficaria limitada a capacidade e localização de suas bases próprias, o que provocaria o desabastecimento de diversa regiões do país, afetando o consumidor final diretamente. Portanto, nunca houve conflito entre o serviço prestado pelas produtoras e os terminais, o serviço de armazenamento por ela prestados, juntos, atendem o mesmo propósito: o abastecimento.

20. **Pergunta 4.13 - No caso da REFAP, a substituição do produtor de derivados de petróleo por terminal terrestre, considerando a sua "função primordial", é elemento suficiente para promover a concorrência naquele mercado?**

Não, se tratando de terminal terrestre, não há previsão legal que obrigue a garantia do acesso de terceiro ou limite o direito da Petrobras operar as instalações. Logo, não haveria alteração no mercado para promover a concorrência. Em realidade, a substituição sugerida pela SIM, devido a restrição do art. 26 da RANP nº 852/2021, só causaria mais custos a REFAP, que precisaria adequar suas instalações à RANP nº 52/2015. Em resumo, obrigar que uma refinaria segregue sua tancagem e a criar uma empresa para administrar o terminal, a fim de transformar o armazenamento como "função primordial", não será capaz de aumentar a concorrência do setor, mas certamente criará barreiras burocráticas e econômicas que vão de encontro ao disposto nos arts. 2º e 4º da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).

21. **Pergunta 4.14 - No caso da REFAP, como a sua conversão em terminal terrestre alteraria o direito de terceiros acessarem o duto de transporte ou o sistema de transporte? Quais as implicações da sua conversão em terminal terrestre para o direito de terceiros acessarem o sistema de transporte?**

A conversão da REFAP em terminal terrestre não provocaria alterações ou implicações no direito de terceiros acessarem o sistema de transporte, pois os tanques da REFAP são dispensáveis ao processo de movimentação, conforme registrado no Parecer nº 07/SIM-CAL, não podendo ser incorporados ao sistema de transporte – conforme art. 2º da RANP nº 35/2012, in verbis: Instalações de Transporte: dutos de transporte, estações de bombeamento e instalações de armazenagem indispensáveis à operação de cada duto.

**22. Pergunta 4.15 - Existe alguma restrição ou limitação a atuação de agentes da cadeia produtiva do petróleo na operação ou propriedade de terminais terrestres? Mais precisamente, a Petrobras pode continuar a operar eventual terminal terrestre a partir da segregação dos tanques de armazenagem da REFAP ou há algum impedimento regulatório/legal?**

Não há restrição ou limitação a atuação de agentes na operação ou propriedade de terminais terrestres, a PETROBRAS pode continuar operando eventual terminal. Inclusive, esta possibilidade está prevista no parágrafo único do artigo 26, da RANP nº 852/2021 – “Caso o produtor de derivados de petróleo e gás natural pretenda operar sua instalação produtora como terminal, deverá segregar a tancagem e atender os requisitos da Resolução ANP nº 52, 2 de dezembro de 2015, e da Resolução ANP nº 881, de 8 de julho de 2022”. Na prática, caso a tancagem seja segregada para operar como terminal terrestre, não haverá nenhuma alteração de mercado, serão os mesmos tanques, com a mesma capacidade, com o mesmo agente operador, prestando o mesmo serviço, sem a necessidade de garantir acesso de terceiros. Verifica-se, assim, que se trata de uma mera mudança autorizativa burocrática, a qual provoca o aumento do custo regulatório da ANP, indo de encontro às diretrizes da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), especialmente os artigos 2º e 4º, por criar barreiras regulatórias ao livre exercício da atividade econômica das produtoras de combustíveis.

**23. Pergunta 4.16 - Consegue identificar mais impactos positivos ou negativos em cada agente listado? Quais?**

• Impacto negativo para as distribuidoras: (i) aumento da complexidade e custo logístico para distribuidoras que utilizam modal rodoviário e armazenam seus produtos em tanques de produtoras de derivados de petróleo e (ii) dificuldade de contratação dos terminais administrados pela TRANSPETRO, no caso das distribuidoras que não adquirem combustíveis da Petrobras. • Impacto negativo para a ANP: aumento do custo regulatório, pois (i) as refinarias precisaram transformar suas operações e parte do seu parque de tancagem em terminal, e (ii) diferente da intenção da Agência em desburocratizar a norma ao não exigir mais homologação dos contratos de cessão em refinarias, permanecerá tendo que fiscalizar os contratos para verificar se o combustível armazenado é produzido nas suas instalações. • Impacto negativo para o consumidor final: aumento do custo do combustível, pois os agentes precisarão compensar o novo custo logístico.

**24. Pergunta 4.17 - Existem outros atores impactados direta ou indiretamente que não foram identificados? Quais?**

Não.

## IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL

Seção 5 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

### 25. Pergunta 5.1 - Existe base legal adicional que não foi citada? Qual?

Sim. A Lei de Liberdade Econômica (13.874/2019), especialmente os artigos 4º e 5º da norma.

## DEFINIÇÃO DO OBJETIVO

Seção 6 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

### 26. Pergunta 6.1 - O objetivo geral está bem delimitado?

Sim.

### 27. Pergunta 6.2 - Existem outros elementos a serem incorporados ao objetivo? Quais?

Não.